



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O PODER DA IDENTIDADE COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA¹

Mary Cristina de Menezes Agra
Relações Públicas, pós graduanda do Curso de Mestrado em Ciências da Informação
CMCI, na Universidade Federal da Paraíba

“ À exceção de uma elite reduzida de globopolitanos (meios seres humanos, meio fluxos), as pessoas em todo o mundo se ressentem da perda do controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta. Assim, segundo uma antiga lei da evolução social, a resistência enfrenta a dominação, a delegação de poderes reage contra a falta de poder, e projetos alternativos contestam a lógica inerente à nova ordem global, cada vez mais percebida pelas pessoas de todo o planeta como se fosse desordem. Contudo, tais reações e mobilizações, a exemplo do que freqüentemente ocorre na História, acontecem de forma pouco comum, agindo por meios inesperados.”
(Castells, 1999, p.93-4)

Durante 25 anos, Manuel Castells desenvolveu extenso trabalho de pesquisa com o objetivo de explorar o mundo no qual vivemos, enxergando a diversidade de mudanças ocorridas ao mesmo tempo, ainda que, em países diferentes. Seus estudos revela-nos uma nova visão dos processos tecnológicos e culturais que vistos no seu conjunto moldam e recriam a sociedade atual. O trabalho não é fácil, uma vez que ao debruçar-nos sobre o geral corremos o risco de torná-lo abstrato demais, e por outro lado, a eleição de aspectos particulares, gera uma especificidade que não consegue dar conta da singular diversidade contida no geral.

Como a nova sociedade apresenta-nos transformações simultâneas atingindo setores diferenciados, o autor adota uma metodologia de pesquisa que permite-nos acompanhar essas mudanças a partir da análise dos novos contextos sociais, encontrando nas suas relações o delineamento de tendências que possibilita-nos traçar novos quadros teóricos para compreensão do emergente mundo globalizado.

Dessa forma Castells reúne o estudo de caso, a observação participante e o método comparativo, buscando através da triangulação dos dados coletados a obtenção de uma visão de

1 Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



mundo que sendo generalizada não obscureça o entendimento de suas particularidades e especificidades.

Assim o autor analisa as transformações advindas com a expansão do capitalismo e com os avanços tecnológicos e sua influência sobre as culturas e sociedades de todo o mundo, sugerindo o conceito de uma sociedade organizada em rede como sendo a característica principal do mundo globalizado. Para Castells (1999, p.17),

“A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade no emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.”

A partir dessas considerações temos a reestruturação do modo de produção capitalista mais uma vez reconfigurando os processos de trabalho, desta feita com base nas novas tecnologias de informação e comunicação que ao provocar transformações nas categorias materiais de espaço e tempo – ainda que de forma virtual - vem alterando as formas de ação e apontando novas tendências de organização cultural.

Nesse contexto o autor coloca a questão da identidade, como sendo um reduto onde temos observado mobilizações contrárias as idéias homogeneizante propostas pelo mundo globalizado, sendo espaço privilegiado para observação do surgimento de mudanças sociais e culturais.



No entanto essas mudanças ocorrem em meio a diversidades econômicas, políticas, sociais e culturais, e não se processam senão de maneira singular, sendo determinadas pelas histórias particulares de cada povo e de acordo com seus modelos institucionais e organizacionais, sempre mediados por relações de poder, o que faz com que o autor ofereça-nos uma classificação distintiva para compreensão dessas novas identidades. Temos então as *identidades legitimadoras*, que originam-se a partir das instituições de poder, as *identidades de resistência*, que surgem junto aos indivíduos sociais que se encontram excluídos ou à margem desse processo e as *identidades de projeto*, que apoiando-se na cultura, buscam uma revolução dos seus papéis e de suas posições na sociedade contemporânea.

No capítulo primeiro do Poder da Identidade: *Paraísos Comuns*, Castells considera que a identidade de um indivíduo ou de um povo é a fonte de significado e expressa a experiência de um povo, cuja origem e construção encontram-se essencialmente nos seus processos formativos individuais. “Embora (...) as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam construindo seu significado com base nessa internalização.” (*ibidem.* , p.23)

Na sociedade em rede o significado encontra-se organizado com base em uma identidade primária e individual, no entanto para fins desse estudo, o autor, centrará seus estudos na formação da identidade coletiva e não na individual.

“A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço.” (*ibidem.* p.23)



Para o autor, a construção do segundo tipo de identidade, a identidade destinada à resistência, favorece a formação de comunidades, sendo a mais importante, a medida que, dela originam-se as formas de resistência coletiva.

Na construção do terceiro tipo de identidade, a identidade de projeto, temos a produção de sujeitos que se diferenciam do indivíduo pelo desejo de criar uma história pessoal a partir da atribuição de significados a um conjunto de experiências da vida individual. Dessa forma a compreensão de como e por quem, são construídas as identidades são perguntas, cujas respostas encontram-se no centro dos contextos sociais, devendo ser apreendidos em sua perspectiva histórica. No presente contexto da sociedade em rede, tem-se que (...) *a busca pelo significado ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais. A maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas*” (ibidem. p.27)

Por outro lado, a ocorrência das identidades de projeto podem ou não ocorrer, encontrando-se na dependência dos ‘modelos societais’ almejados por cada sociedade. Na sociedade em rede, a identidade de projeto se é que pode desenvolver-se, origina-se a partir da resistência comunal.

Assim, a partir da análise dos processos das condições de produção e da avaliação dos resultados das resistências comunais em possíveis sujeitos transformacionais, Castells examina, o fundamentalismo religioso, o nacionalismo e a questão da identidade territorial, concluindo que:

“Para os atores sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência a individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de riqueza e poder, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade. Essas comunas culturais são caracterizadas por três principais traços distintivos. Aparecem como reação a tendências sociais predominantes, às quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado. Desde o princípio constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo hostil.”
(ibidem. p.84)



O fundamentalismo religioso, o nacionalismo, e as comunas territoriais, apresentam resistência defensiva a três aspectos essenciais característicos das principais sociedades atuais quais sejam:

“ (...) a globalização, que dissolve a autonomia das instituições, organizações e sistemas de comunicação nos locais onde vivem as pessoas; a formação de redes e à flexibilidade que tornam praticamente indistintas as fronteiras de participação e envolvimento, individualizam as relações sociais de produção e provocam a instabilidade estrutural do trabalho, do tempo e do espaço; e a crise das família patriarcal, ocorrida nas bases da transformação dos mecanismos de criação e segurança, socialização, sexualidade e, conseqüentemente, de personalidades. (...) Tais reações defensivas tornam-se fontes de significado e identidade ao construírem novos códigos culturais a partir da matéria prima fornecida pela história.” (ibidem. p.85)

Dessa maneira as resistências comunais, geram e recriam novos significados, reconfigurando as identidades e fazendo emergir das novas formações históricas outros valores, modos de viver pensar e agir que resultam numa nova cultura. Uma vez que as formas de dominação, processam-se a partir dos fluxos de informação e através destes, a saída encontra-se no acionamento dos fluxos reversos de informação. *“Deus, a nação, a família e a comunidade fornecerão códigos eternos e inquebrantáveis em torno dos quais uma contra ofensiva será lançada contra a cultura da realidade virtual.” (ibidem. p.85)*

Dessa forma a recriação dos significados identitários por parte das comunas de resistência, rejeita as instituições fundamentais da sociedade, ao mesmo tempo que propõe uma reestruturação das trincheiras comunais; parecendo ser este o principal espaço onde pode ocorrer as mudanças estruturais sendo esta a principal fonte de transformação social presente na sociedade organizada em rede.

Finalizando o primeiro capítulo Castells, afirma que o surgimento das identidades de projeto não surgem de uma necessidade histórica e portanto, deve permanecer restrita as áreas comunais, o que poderá vir a significar a implosão dessas resistências.

“A globalização e a informacionalização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação. Ao mesmo tempo, estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios.”(ibidem. p.93)

O capítulo II- *A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global*, busca analisar como tem-se processado a resistência a essas novas fontes de dominação, considerando a priori que, essas reações ocorrem de maneira singular e indeterminada, apresentando-se sempre de forma inesperada.

Para apreensão da realidade expressa pelos movimentos sociais, o autor faz um estudo comparativo de três movimentos culturais, opostos á nova ordem mundial, surgidos de contextos culturais econômicos e políticos diversificados e oriundos de ideologias variantes; os zapatistas da região de Chiapas no México, as milícias norte-americanas, e a Aum Shinnikyo (Verdade Suprema) no Japão.

Como opção metodológica Castells considera os movimentos sociais a partir do seu próprio discurso; ou seja, esses movimentos são o que dizem ser, o que possibilita o distanciamento ao observador, a medida que este, não busca interpretar, e sim, procura clarificar seus discursos, observando suas práticas e inter-relações. Nas palavras do próprio autor;

“Uma linha de pesquisa diferente e necessária consiste em estabelecer a relação entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discurso, e os processos sociais aos quais parecem estar associados, por exemplo, globalização, informacionalização, crise da democracia representativa e predominância da política simbólica no espaço da mídia.”(ibidem. p.94-5)

Ao analisar os movimentos sociais, Castells conclui que estes podem apresentar-se enquanto conservadores, revolucionários, as duas coisas ou nenhuma delas, o que nos indica não existir uma determinação na evolução desses processos, sendo os mesmos, a resultante de inextricáveis variantes que o transformam no que são, sem implicar valoração e/ ou classificação que os



considere bons ou maus; eles são o que sua historicidade permite que sejam. *“Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas.”(ibidem.p.95)*

Como terceiro recorte metodológico, e afim de organizar o grande volume de informações coletadas acerca dos movimentos sociais enfocados, o autor, adota categorias presentes na tipologia clássica proposta por Alain Touraine, que considera os movimentos sociais a partir da observância de três princípios fundamentais.

- A identidade do movimento
- adversário do movimento
- E a visão ou modelo social do movimento denominado como meta societal

Ainda de acordo com Castells, a identidade tem relação com a forma que o movimento social se auto define, o que é, e em nome de quem se pronuncia. Adversário relaciona-se ao inimigo declarado do movimento, ou seja, contra quem ou o que se posiciona, e a questão meta societal nos remete as idéias do movimento sobre o que se constituiria a nova ordem mundial a ser alcançada a partir das ações e metas propostas pelo movimento.

Com base nos movimentos sociais escolhidos o autor vai aos poucos desvelando neste capítulo, a emergência de movimentos que repudiam a globalização, caracterizada pela expansão e defesa do capitalismo e da informacionalização tecnológica.

Ao concluir as análises dos movimentos sociais elencados, o autor considera que apesar de suas diferenças, todos eles apresentam um ponto em comum, que consiste na rejeição e contestação dos processos de globalização, como forma de resguardar a construção de seus processos identitários, reivindicando o direito de gerir e representar os interesses de seus próprios países, ou quiçá, de toda a humanidade. *“Movimentos como este, e muitos outros em todo o mundo, vem minando a fantasia neoliberal de implantação de uma economia global independente da sociedade por meio de uma arquitetura de informática.”(ibidem. p.136)*



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Entretanto, a transmutação da resistência desses movimentos sociais, frente as novas formas de controle social via capitalismo global e informacional, só se efetivará caso o sistema político e as instituições do Estado aceitem as reivindicações desses movimentos.

Da articulação do Estado, das estratégias adotadas em relação a crise enfrentada pelo capitalismo, e da organização dos movimentos sociais formadores de novas identidades, emergirá os modelos que futuramente serão constituintes de uma nova sociedade.

Assim antes de analisar as possíveis estratégias a serem adotadas pelo Estado na era informacional, o autor dedicar-se-á no capítulo III a observação do ambientalismo e do feminismo, que ao contrário dos movimentos anteriormente abordados, são classificados pelo autor, enquanto movimentos pró-ativos.

Um capítulo especialmente instigante no livro de Castells, é para nós o capítulo III, isso porque as implicações implícitas e explícitas no movimento ambientalista abordam especialmente a questão da ciência sua forma de apreensão da verdade e de construção do conhecimento. A ciência desponta como grande responsável pelas transformações e interferências do homem no meio ambiente, sendo cobrada em sua ética. A questão ambientalista também chama-nos a atenção por ser o movimento que mais tem-se destacado e que apesar disto,

“(...) a maioria dos nossos problemas ambientais ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação dos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais. (...)O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e no Norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos a relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura.” (ibidem. p.142)

Para a análise dos movimentos ambientalistas, Castells, recorre mais uma vez a tipologia de Alain Touraine, já referida neste trabalho, com o objetivo de diferenciar os elementos que integram o movimento ambientalista relacionando em seguida as temáticas ambientalistas às dimensões onde ocorre a produção e formação cultural *“(...) a saber, os conflitos sobre o papel da ciência e tecnologia, sobre o conceito do tempo e do espaço, e sobre a construção de novas identidades.” (ibidem. p.142)*

1 Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



Os movimentos ambientalistas são assim encarados a luz de sua diversidade social e de sua cultura compartilhada. O autor também analisa quais os meios de ação adotados por esses movimentos enfocando suas tendências institucionalizantes e seu relacionamento com o Estado e com o poder. Destaca-se ainda a estreita relação que tem havido entre esses movimentos e as lutas sociais, tanto em nível específico como em nível global, acrescido da expansão das idéias de ‘justiça ambiental’ junto a opinião pública.

De acordo com o autor o movimento ambientalista apresenta-se de forma tão diversificada que não é possível agrupá-lo como sendo um único movimento. A principal diferenciação estabelecida refere-se aos termos ambientalismo e ecologia.

“Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme orientado à formação de redes e de alto grau de penetração.

(...) Por ambientalismo refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Por ecologia, do ponto de vista sociológico, entendo o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio deste sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. Na minha visão, o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia e o ambientalismo na teoria...” (ibidem. p. 143-4)

No capítulo IV – O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação o autor avalia a crise da família patriarcal identificando as tendências e conseqüências advindas com o seu declínio. A família enquanto organização institucional vem sofrendo o impacto das mudanças ocorridas na vida da mulher, graças ao desenvolvimento de uma maior conscientização do seu papel e da ocupação de espaços cada vez maiores no mercado de



trabalho. A crise do patriarcalismo tem como principal característica a diminuição do poder exercido pelo homem enquanto líder provedor e chefe maior da família.

“O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura.” (ibidem. p.169)

Essa tendência encontra-se visivelmente delineada sobretudo nos países mais desenvolvidos. Para determiná-las, Castells utilizou dados estatísticos aproximados, e embora reconheça que a comparação entre valores aproximados pode não revelar a priori o emaranhado de variáveis e suas relações políticas, econômicas, culturais e psicológicas que compõem o sistema capitalista, ele defende que, a constatação de tendências a partir da análise de estatísticas comparadas em contextos nacionais e que aos poucos tem reconfigurado a estrutura patriarcal, são indícios de declínio para um sistema até então hegemônico e estável.

Um dos indicadores da desestruturação desse modelo, também estaria no aumento crescente do número de casais separados, o que gera famílias de solteiros, com a presença de apenas um dos pais ao lado dos filhos; por vezes a separação não implica o fim do modelo patriarcal que passa a ser reproduzido na formação da nova família. Outros números também revelam que a formação de casais tem ocorrido cada vez mais tarde, aliado a uma formação de lares sem casamento, o que na opinião do autor, enfraquece a instituição do casamento tanto nos seus aspectos psicológicos quanto institucionais.

A ocupação maciça das mulheres no mercado de trabalho – ainda que ganhando menos para desempenhar as mesmas funções que os homens - também contribuiu decisivamente para geração de conflitos no modelo tradicional de casamento. As mulheres viram-se cumprindo



jornadas de trabalho, duplas, triplas, casa, marido trabalho, filhos, tornando-se difícil a compatibilização entre atividades tão diversificadas.

“As perguntas tornaram-se mais prementes à medida que aumentava a dificuldade de as mulheres assumirem ao mesmo tempo, trabalho remuneração, afazeres domésticos, criação dos filhos e bem-estar dos maridos, enquanto a sociedade ainda estava organizada tendo como base a esposa em tempo integral que já se encontrava em extinção e como o trabalho fora de casa abriu-lhe as portas para o mundo e ampliou suas redes sociais e suas experiências, freqüentemente marcadas pela solidariedade entre as mulheres frente as agruras do dia-a-dia, elas começaram a se fazer perguntas e a passar as respostas às suas filhas. O solo estava preparado para receber as sementes das idéias feministas que germinavam simultaneamente nos campos dos movimentos culturais e sociais.” (ibidem. p.210)

De acordo com o autor a essência do feminismo, corresponde a redefinição da identidade feminina;

“(...) ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente afirmando a especificidade essencial da mulher, freqüentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fonte de realização humana; ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina. Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal.” (ibidem. p.211)

Segundo Mansbridge (apud Castells,1999, p.211) o movimento feminista é um movimento discursivo ‘criado discursivamente’, sendo manifesto a partir da identidade,



considerando esta tanto como coletiva tanto quanto individual. Esta identidade feminista à qual o autor se refere nasce num processo de conquista não sendo concedida nem doada.

“Hoje, as identidades feministas são criadas e fortalecidas quando as feministas se unem, agem em conjunto e lêem o que outras feministas escrevem. Falar e agir dá origem às teorias de rua e as unge de significado. A leitura mantém as pessoas ligadas e faz com que pensem. As duas experiências, de transformação pessoal e de interação, tornam as feministas “interiormente responsáveis” ante o movimento feminista.”

Assim, mesmo apresentando-se de forma diversa, o feminismo encontra-se em diversos pontos comuns que incluem a luta e o enfrentamento contra as condições históricas sejam individuais ou coletivas, formais ou informais, mas sempre objetivando a redefinição do gênero feminino e opondo-se ao sistema patriarcal..

A exemplo de outros movimentos o autor considera que o feminismo também requer sua organização em uma tipologia; admitindo-a reducionista e particularmente infeliz quando aplicada ao movimento feminista, que no decurso de sua história tem rejeitado, classificações e rótulos, que ao invés de encará-las enquanto sujeitos as agrupam como objetos.

“(...) o movimento [feminista] não se esgota em lutas de militantes. Trata-se também, às vezes fundamentalmente, de um discurso que subverte o lugar da mulher na história da humanidade, transformando assim o relacionamento historicamente predominante entre espaço e tempo ...” (ibidem. p.230)

A defesa dos direitos femininos, ainda enquanto ser humano, é a principal meta societal do feminismo o que o associa estreitamente como sendo uma luta pelos direitos humanos.

Embora o autor apresente-nos um quadro bastante elucidativo e claro quanto ao rumo dos movimentos feministas e de suas tendências; e de essas apontarem para a ocorrência de uma transformação gradual mas radical da família concebida dentro dos moldes da estrutura patriarcal, Castells, reafirma, a não determinação do futuro histórico da estrutura familiar.

“A restauração fundamentalista, colocando novamente o patriarcalismo sob a proteção da lei divina , pode muito bem reverter o processo de corrosão da família patriarcal,



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

induzido acidentalmente pelo capitalismo informacional e perseguido intencionalmente pelos movimentos sociais culturais. (ibidem. p.277-8)

Como os outros movimentos sociais o feminismo necessitará articular-se com o estado, afim de poder viabilizar suas propostas. Entretanto o crescimento dos movimentos sociais e o aumento da criticidade frente as instituições de poder, acontece em um cenário onde o Estado vem perdendo sua soberania, ou pelo menos tendo de redefini-la, e encontra-se imerso no mar da globalização a mercê da expansão do sistema capitalista com sua incoerências e contradições.

O capítulo V do Poder da Identidade: Um Estado destituído de poder ?, trata da crise vivenciada na contemporaneidade pelo Estado capitalista e do “(...) *crecente desafio a soberania dos Estados em todo o mundo [que parece] advir da incapacidade de o Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares.*”(ibidem. p.287)

A organização da sociedade em um complexo de redes tem afetado o mercado financeiro e ocasionado a interdependência econômica e monetária de países cujas economias, ainda que distintas, no que diz respeito as suas políticas internas, encontram-se inexoravelmente na dependência dos movimentos dos fluxos cambiais e dos grandes mercados monetários dominados pelas maiores economias do mundo.

A interdependência das taxas de câmbio, obriga os países menos desenvolvidos a estruturarem suas políticas econômicas não mais de acordo com as necessidades impostas pela realidade nacional e sim, em consonância com as políticas monetárias internacionais, que em última instância acabam por ditar as regras do jogo, muitas vezes às custas do sacrifício de populações inteiras. “*A consequência disso é que os Estados-Nação tomados individualmente estão perdendo, e efetivamente perderão o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas.*” (ibidem. p.288)

Os Estados-Nação, ousos dizer, foram pegos de calças curtas, encontrando-se com um pé num passado, comprometidos com acordos e estratégias que já não se revelam adequadas para a realidade presente, e impelidos a tomar decisões que serão determinantes para uma futura colocação num acirrado e competitivo mercado internacional.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Castells, aponta a crescente dificuldade encontrada pelos Estados-Nação, no controle da economia, tendência em parte causada pela descentralização e conseqüente transnacionalização dos processos produtivos, sobretudo das multinacionais, mas fundamentalmente, pela configuração integrada de produção e comercialização desses conglomerados empresariais.

“A conseqüência é a capacidade cada vez mais reduzida de os governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para geração de receita. (...) surge uma nova crise fiscal no Estado, expressão de uma contradição crescente entre a internacionalização do investimento, produção, consumo, por um lado, e a base nacional dos sistemas tributários por outro. (...) é bem provável que os últimos bastiões do Estado esteja sendo disputado no ciberespaço contábil entre autoridades fiscais diligentes e advogados transnacionais altamente qualificados. “ (ibidem. p.288)

As redes globais de comunicação com seus sistemas de redes e fluxos multidirecionais, são outro ponto nevrálgico e que tem contribuído para a derrocada dos Estados-Nação. A mídia e as comunicações historicamente utilizadas em prol da manutenção do *status quo*, e naturalmente controladas pelo Estado, tem sofrido a influência das novas tecnologias de informação e comunicação, o que tem alterado seu caráter e favorecido a descentralização de seu controle, que tem escapado das mãos governamentais para serem geridas por poderosas empresas transnacionais.

Até mesmo nos países onde os meios de comunicação são controlados pelo Estado, este tem perdido espaço frente à questões econômicas – de sobrevivência – que são ditadas pelo mercado. A não imparcialidade ou a excessiva tendenciosidade quando adotada pelos veículos de comunicação delimitam a faixa de público a ser atingida, o que implica em redução orçamentária perda de competitividade e a conseqüente redução da estabilidade econômica. “ (...) *quanto mais autonomia, abrangência e credibilidade o veículo de comunicação tiver, tanto mais atrairá informações, anunciantes e consumidores das mais diversas tendências.* (ibidem. p.301)



Uma outra esfera de influência que tem contribuído de forma decisiva para a derrocada do poder dos Estados-Nação, diz respeito a globalização do crime organizado, cujos tentáculos se esgueiram cerceiam e contaminam decisões e políticas governamentais.

“A novidade é o profundo envolvimento e a desestabilização dos Estados-Nação em uma série de contextos submetidos à influência do crime transnacional. Embora o tráfico de drogas seja o ramo de atividade mais significativo da nova economia do crime, todos os tipos de tráfico são praticados por esse sistema “subterrâneo” cujo poder estende-se por todo o mundo: armas, tecnologia, materiais radioativos, obras de arte, seres humanos, assassinos mercenários e contrabando dos mais diversos produtos de e para qualquer parte do mundo estão todos interligados pela grande matriz de todos os atos ilícitos – a lavagem de dinheiro. Sem ela a economia do crime não seria global tampouco altamente lucrativa.”(ibidem.p.304)

A penetração do crime organizado e sua influência em escala global é de tal modo significativa que Castells (ibidem. p.304) consegue sistematizá-la apontando alguns de seus principais aspectos:

“Em muitos casos, toda a estrutura do Estado não raro incluindo as mais altas esferas do poder, esta entremeada de vínculos criminosos, pela corrupção, ameaças ou financiamento ilegal da política, causando enormes estragos na conduta das questões públicas;

Para vários países, as relações internacionais entre os Estados-Nação passou a ser condicionada, em diversos níveis, pelo sucesso ou insucesso da cooperação na luta contra a economia do crime. A importância crescente dos fluxos de capital de origem criminosa torna-se um meio fundamental de estímulo ou desestabilização da economia de países inteiros, a ponto de impedir o desenvolvimento de uma política econômica adequada em muitos países ou regiões sem que se leve em conta esse fator altamente imprevisível.”

O enfraquecimento do poderio militar, ou melhor, a grande influência e transformação das tecnologias militares, atualmente dependentes de avanços na área eletrônica e das tecnologias de comunicação, tem favorecido os países que detém maior nível de desenvolvimento tecnológico. *“Exércitos equipados com armas de poucos recursos tecnológicos não são verdadeiramente exércitos, mas sim forças policiais disfarçadas.” (ibidem. p.308)*



Um último aspecto a ser enfrentado pelos Estados, diz respeito a necessidade emergente e urgente do estabelecimento de discussões em torno da questão do gerenciamento do meio ambiente, hoje concebido em escala planetária.

O golpe de misericórdia frente ao poder e hegemonia dos Estados surge a partir de sua demonstrada incapacidade em gerenciar problemas que se apresentam globais, criando espaços, prontamente aproveitados por organizações civis que lutam pela afirmação de uma cidadania global.

“Assim, Anistia Internacional, Greenpeace, Medicina Sem Fronteiras, Oxfam e tantas outra organizações não governamentais transformaram-se em uma força de grande importância na conjuntura internacional (...) muitas vezes promovendo maior captação de recursos, atuando com melhor desempenho e tendo sua legitimidade bem mais reconhecida que iniciativas internacionais patrocinadas pelos governos. “ (ibidem. p.312)

Como conclusão do capítulo que trata da crescente perda da soberania e da crise que afeta o Estado, o autor indaga se estamos presenciando o fim do Estado-Nação, e recorre a outros autores para concluir que não. Não estamos diante do desaparecimento do Estado, nos encontramos em meio a Estados-Nação que têm-se transformado, mas que ainda exercem grande influência.

“ (...) Os Estados-Nação têm-se transformado de sujeitos soberanos em atores estratégicos, defendendo seus interesses e os interesses que se espera que representem em um sistema global de interação, dentro de uma soberania sistemicamente compartilhada. Eles exercem influência considerável, mas raramente detêm poder por si, isto é, de forma isolada das macroforças supranacionais e dos microprocessos subnacionais. Além disso, ao atuar estrategicamente na arena internacional, estão sujeitos a um tremendo desgaste interno. (...) Quanto mais triunfam no cenário internacional, em parceria direta com os agentes da globalização, menos representam suas bases políticas nacionais. A política do final do milênio,



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

praticamente no mundo todo, está profundamente marcada por esta contradição.” (ibidem. p.357)

Os Estados–Nação caminham sob o fogo cerrado das exigências do mercado internacional. Enfrentando crises e movimentos sociais cada vez mais organizados e atuando como parceiro em processos multilaterais cujas hierarquias, ditadas por indicadores econômicos e geo-políticos, muitas vezes se encontram em dissonância com aspirações nacionalistas (legítimas) reivindicadas por seus cidadãos. “(...) *Por outro lado, porém, os Estados-Nação sobrevivem à inércia histórica pelo comunalismo defensivo das nações e das pessoas em seus próprios territórios, recorrendo a esse último refúgio para não serem tragados pelo redemoinho dos fluxos globais.*” (ibidem. p.357)

A saída encontra-se nas estratégias escolhidas no presente, o outro lado do muro só será conhecido quando o futuro chegar.

Bibliografia:

1 Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.